

Demonstrações financeiras

Aliança Norte Energia Participações S.A.

31 de dezembro de 2022
com relatório do auditor independente

Aliança Norte Energia Participações S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Senhores acionistas,

A Administração da empresa Aliança Norte Participações S.A., vem submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ao encerrarmos este exercício de 2022, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido das sócias Vale S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Belo Horizonte, 20 de março de 2023.

Diretoria:

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor

Marcelo Pereira de Carvalho
Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Aliança Norte Energia Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança Norte Energia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 20 de março de 2023.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	261	88
Tributos a recuperar		3	9
Outros valores a receber de partes relacionadas		4	4
Total do ativo circulante		268	101
Não circulante			
Investimentos	4	1.091.373	1.149.634
		1.091.373	1.149.634
Total do ativo		1.091.641	1.149.735
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		37	232
Valores a pagar a partes relacionadas	9	15	27
Tributos e contribuições sociais		2	2
Total dos passivos		54	261
Não circulante			
Provisões para processos judiciais	5	7.799	1.528
		7.799	1.528
Patrimônio líquido	6		
Capital social integralizado		1.209.750	1.209.042
Capital a integralizar		-	(76)
Prejuízos acumulados		(125.962)	(61.020)
Total do patrimônio líquido		1.083.788	1.147.946
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.091.641	1.149.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais, exceto quando informado por outra forma.

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado de equivalência patrimonial	4	(58.261)	(38.953)
Despesas gerais e administrativas	7	(6.701)	(2.065)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		(64.962)	(41.018)
Receitas financeiras		20	8
Despesas financeiras		-	(7)
		20	1
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social		(64.942)	(41.017)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	8	-	-
Prejuízo do exercício		(64.942)	(41.017)
Prejuízo por ação – R\$	6	(0,00000155)	(0,00000098)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(64.942)	(41.017)
Total do resultado abrangente do exercício	(64.942)	(41.017)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2020	1.209.042	(76)	(20.003)	1.188.963
Prejuízo do exercício	-	-	(41.017)	(41.017)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>1.209.042</u>	<u>(76)</u>	<u>(61.020)</u>	<u>1.147.946</u>
Capital integralizado	708	76	-	784
Prejuízo do exercício	-	-	(64.942)	(64.942)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>1.209.750</u>	<u>-</u>	<u>(125.962)</u>	<u>1.083.788</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método indireto)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(64.942)	(41.017)
Ajustes por:		
Resultado de equivalência patrimonial	58.261	38.953
Provisões para processos judiciais	6.271	1.528
	<u>(410)</u>	<u>(536)</u>
(Aumento) redução de ativos		
Outros devedores	-	12
	-	12
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(195)	45
Tributos e contribuições sociais	6	-
Valores a pagar a partes relacionadas	(12)	(6)
	<u>(201)</u>	<u>39</u>
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>(611)</u>	<u>(485)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital	784	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>784</u>	<u>-</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>173</u>	<u>(485)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	88	573
No fim do exercício	261	88
	<u>173</u>	<u>(485)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros e provisões	(6.702)	(2.072)
	<u>(6.702)</u>	<u>(2.072)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(6.702)</u>	<u>(2.072)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial	(58.261)	(38.953)
Receitas financeiras	21	8
	<u>(64.942)</u>	<u>(41.017)</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>(64.942)</u>	<u>(41.017)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	-	7
Juros	-	7
Remuneração de capitais próprios	<u>(64.942)</u>	<u>(41.017)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(64.942)</u>	<u>(41.017)</u>
	<u><u>(64.942)</u></u>	<u><u>(41.017)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 - Contexto operacional

A Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte” ou “Companhia”) foi constituída em 25 de março de 2010. Seu objeto social é a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, e a participação em outras sociedades ou consórcios, inclusive envolvendo empreendimentos hidrelétricos. Tem sua sede localizada na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Os únicos acionistas da Aliança Norte, em 31 de dezembro de 2022, são a Vale S.A. (“Vale”), com 51% de participação, e a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), com 49% de participação.

Em 1º de outubro de 2014, a Aliança Norte recebeu da Vale S.A. aporte do investimento que possuía na Norte Energia S.A., no montante de R\$499 milhões. Também em 1º de outubro de 2014, a Norte Energia S.A. realizou assembleia que aprovou a alteração do seu quadro societário com o ingresso da Aliança Norte. Em 17 de março de 2015 a Vale S.A. finalizou junto ao Banco do Brasil, no qual estão custodiadas as ações da Norte Energia S.A., o processo de transferência destas ações para a Aliança Norte.

A Cemig GT concluiu, em 31 de março de 2015, a aquisição de 49% de participação da Aliança Norte pertencentes à Vale S.A., o que corresponde a uma participação indireta na Norte Energia S.A. de 4,41%. O preço da aquisição foi de R\$309.684, referente aos aportes efetuados pela Vale no capital social da Norte Energia S.A. até a data do fechamento da operação, corrigido pelo IPCA da data de cada aporte até 31 de março de 2015, proporcionalmente à participação societária.

Dessa forma, o investimento da Aliança Norte, em 31 de dezembro de 2022, é constituído de uma participação de 9% no capital da Norte Energia S.A. (“Norte Energia”), investida a qual tem como finalidade conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

Em 26 de agosto de 2010, a investida Norte Energia S.A. assinou o referido contrato de concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do contrato. E ainda, de acordo com o contrato, 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A Norte Energia S.A. é uma sociedade por ações, de propósito específico (SPE) de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010 e controlada por meio de acordo de acionistas (“Acordo”), tendo por objeto conduzir as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”). É composta por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras. A concessão para a construção da hidrelétrica, no município de Vitória do Xingu, foi objeto de leilão realizado no dia 20 de abril de 2010. A outorga coube à Norte Energia S.A por um prazo de 35 anos.

De acordo com o Contrato de Concessão, a UHE Belo Monte tem capacidade instalada total de 11.233,1 MW. A garantia física da usina, para efeito comercial, é de 4.571 MW médios sendo 4.418,9 MW médios referentes à UHE Belo Monte, a qual foi atingida com a entrada em operação comercial da unidade geradora 08 (UG08) em fevereiro de 2018, e 152,1 MW médios referentes à UHE Pimental, com a operação comercial de todas as unidades geradoras.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração financeira, tais como geração de energia em MW e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados/revisados pelos auditores independentes.

1 - Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, a Norte Energia S.A. apresentou capital circulante líquido negativo de R\$494.493 (R\$189.028 em 2021) e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo Contrato de Concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Adicionalmente, a Companhia elaborou e está divulgando, como informação suplementar, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apesar de não serem requeridas pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são relativas à mensuração da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e à determinados itens contidos nas demonstrações financeiras da investida Norte Energia, tais como provisões e vida útil do ativo imobilizado.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de março de 2023.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3 - Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Estão mensurados ao custo amortizado.

2.5 – Investimentos

Controle conjunto (“joint venture”) é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

O investimento da Companhia na joint venture (ou investida) é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. O investimento é reconhecido inicialmente ao custo e ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição. O ágio relativo ao investimento (“goodwill”) é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.5 – Investimentos--Continuação

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da investida. Eventual variação em outros resultados abrangentes da investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da investida, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a investida são eliminados em proporção à participação na investida.

As demonstrações financeiras da investida são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a da Companhia (exercício social, 12 meses). As políticas contábeis da investida também estão alinhadas com a da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer eventual perda sobre o valor recuperável do investimento da Companhia na investida. Com esse objetivo, a Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da investida e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com base na avaliação da Administração, não houve apuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável do investimento societário (*impairment*).

2.6 - Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.7- Imposto de renda e contribuição social

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando tais impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com impostos administrados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributadas ou diferentes entidades tributadas, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.8 - Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido: os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão e opções de ações são reconhecidos, quando aplicável, como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.9 - Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído, nos exercícios apresentados, se houver, nos termos do CPC 41.

2.10 - Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas mediante o regime de competência e as receitas auferidas se trata tão somente de equivalência patrimonial do investimento societário na Norte Energia S.A. e daquelas decorrentes de rendimentos financeiros sobre as aplicações financeiras.

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.11 - Mudanças nas políticas contábeis

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

i) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

ii) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas

2 - Principais práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.11 - Mudanças nas políticas contábeis--Continuação

iv) Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conta corrente	6	11
Aplicações financeiras	255	77
	<u>261</u>	<u>88</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Compõe-se substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI (que teve variação 99% a 105%) conforme definido quando da contratação de cada operação.

4 - Investimentos

(a) Composição dos saldos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Equivalência - Norte Energia S.A.	1.091.373	1.149.634

(b) Movimentação dos saldos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo do investimento no início do exercício	1.149.634	1.188.588
	1.149.634	1.188.588
Cálculo da equivalência patrimonial		
Prejuízo do exercício da Norte Energia S.A.	(647.346)	(432.813)
Percentual de participação societária	9%	9%
Resultado de equivalência patrimonial no exercício	(58.261)	(38.953)
Saldo do investimento no final do exercício	1.091.373	1.149.634
Patrimônio líquido em 31/12 da Norte Energia S.A. – Ajustado (*)	12.126.371	12.773.716
Percentual de participação societária	9%	9%
Participação no patrimônio líquido da Norte Energia S.A.	1.091.373	1.149.634

(*) O patrimônio líquido da investida é ajustado pelo valor do capital não integralizado por outros acionistas da Norte Energia. Esses montantes se realizarão através do aporte extemporâneo por parte dos acionistas que não honraram as respectivas chamadas de capital, ou em última instância por meio da diluição destes acionistas na proporção das parcelas não integralizadas. Não há neste momento qualquer diluição na participação dos demais acionistas em razão dessa não integralização de capital por parte de outros acionistas da investida.

(c) Informações da investida

Os principais saldos patrimoniais da investida em 31 de dezembro de 2022 são apresentados como segue:

Balanco Patrimonial	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativo</u>		
Ativo circulante	1.760.261	1.484.913
Ativo não circulante	41.668.551	41.641.146
<u>Passivo</u>		
Passivo circulante	2.254.754	1.678.941
Passivo não circulante	29.070.142	28.705.845
Patrimônio líquido	12.103.916	12.746.273

4 – Investimentos--Continuação

Demonstração do resultado	2022	2021
Receita Líquida de venda	5.565.305	4.836.435
Custos da venda de energia	(1.776.928)	(1.006.375)
Custos de operação	(2.268.629)	(2.205.680)
Lucro bruto	1.519.748	1.624.380
Despesas administrativas	4.639	(100.481)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.524.387	1.523.899
Resultado financeiro:		
Receitas financeiras	235.784	88.630
Despesas Financeiras	(2.522.958)	(2.098.128)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(762.787)	(485.599)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	115.441	52.786
Prejuízo do exercício	(647.346)	(432.813)

5 - Contingências

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma Ação Anulatória de Sentença Arbitral, ajuizada com o objetivo de impugnar a sentença arbitral proferida no procedimento no. 07/2017, administrado pela Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, instaurado a pedido da Norte Energia S.A. contra a Fundação de Economistas Federais – FUNCEF. A referida sentença arbitral julgou improcedente o pedido formulado pela Norte Energia S.A., isentando a FUNCEF de realizar aportes de capital decorrentes de aprovações de aumentos de capital na Norte Energia S.A. A probabilidade de perda da causa é considerada provável, com valor estimado de perda, já na proporção de ¼ para cada Autora, em R\$7.799 (R\$1.528 em 31 de dezembro de 2021), relativo a potencial de sucumbência de 10% sobre o valor atualizado da causa, conforme tese de repercussão geral fixada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), tese ainda sujeita a revisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em recurso extraordinário recentemente admitido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía processos administrativos ou judiciais classificados com risco de perda possível.

6 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$1.209.750 (R\$1.209.042 em 2021), totalmente integralizado e dividido em 41.923.360.811 ações ordinárias (41.923.360.811 em 2021), nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é conforme segue:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	(Nº de Ações)	Valor	(Nº de Ações)	Valor
Vale S.A.	21.394.153.222	616.972	21.380.320.314	616.612
Cemig GT	20.555.166.822	592.778	20.543.040.497	592.430
	41.949.320.044	1.209.750	41.923.360.811	1.209.042

b) Aumento de capital

Ao longo do exercício de 2022, a Companhia aprovou o aumento do capital social no valor de R\$784 (R\$0 em 2021), referente aos valores registrados em conta de Adiantamento para futuro aumento de capital respeitando a composição acionária de 51% por parte da Vale S.A. e 49% por parte da CEMIG GT.

c) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação básico é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Até 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui títulos de dívidas conversíveis em ações, ações em tesouraria e outros instrumentos para diluição de ações. Também não há ações preferenciais.

Abaixo está demonstrado o lucro (prejuízo) por ação:

	2022	2021
Média ponderada de ações disponíveis no exercício	41.938.211.948	41.923.360.811
Prejuízo do exercício	(64.942)	(41.017)
Prejuízo por ação ordinária – em reais	(0,00000155)	(0,00098)

7 - Despesas gerais e administrativas

A composição das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

	2022	2021
Serviços de terceiros	426	480
Outras despesas operacionais líquidas	4	57
Despesa com contingências	6.271	1.528
	6.701	2.065

8 - Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(64.962)	(41.017)
Alíquota nominal combinada dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social utilizando a alíquota combinada	22.087	13.946
Adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	(19.809)	(13.244)
Créditos tributários não constituídos	-	(519)
Prejuízo fiscal do exercício sem reconhecimento e ativo fiscal diferido	(2.278)	(183)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

Em 31 de dezembro de 2022 a companhia possui saldos de créditos tributários provenientes de contingências, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de aproximadamente R\$15.088 (R\$12.810 em 2021). Esses valores não estão contabilizados devido à ausência de expectativa de lucros tributáveis futuros nos próximos exercícios.

9 - Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Ativo		Passivo		Despesa	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Aliança Geração de Energia						
Valores a receber/pagar - partes relacionadas (a)	4	4	15	27	191	168

- (a) Referem-se ao contrato de prestação de serviço da Aliança Geração de Energia S.A. para a Aliança Norte. A Aliança Geração de Energia S.A. é uma empresa que possui os mesmos acionistas da Aliança Norte (55% Vale e 45% Cemig GT), a qual presta serviços de gestão à Companhia.

10 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	261	88
Valores a receber de partes relacionadas (nota 9)	4	4
	265	92
Passivos financeiros:		
Custo amortizado		
Fornecedores	37	232
Valores a pagar a partes relacionadas – prestação de serviços (nota 9)	15	27
	52	259
		21

10 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de integralizações de capital de acionistas. Os atuais acionistas da Companhia estão entre os maiores de cada um de seus ramos no Brasil. O quadro de acionistas é formado por Companhias líderes no setor elétrico e de mineração. O prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia e nenhum ativo emitido por instituição privada, investido pela Companhia, extrapola a carência máxima de 90 dias.

Risco de crédito e outros

A Administração, em sua gestão financeira, limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como o risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de suas acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações financeiras.

11 - Evento subsequente

Em decisão tomada em fevereiro de 2023 por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. Na prática, todas aquelas decisões favoráveis de inexistência de tributos as quais os contribuintes conseguiram e, posteriormente, a mesma matéria foi julgada de forma desfavorável pelo Supremo, terão os seus efeitos cessados inclusive retroativamente, respeitadas, no entanto, a anterioridade anual e/ou nonagesimal (quando não se pode cobrar um tributo imediatamente) a depender do tributo em questão.

Com base em opinião legal dos assessores jurídicos, da investida Norte Energia realizou o levantamento sobre os impactos tributários, no qual, especificamente sobre a CSLL, não existirem autuações em curso envolvendo a investida Norte Energia com algum tipo de isenção ou exigibilidade suspensa da contribuição.

11 - Evento subsequente--Continuação

Ampliando o escopo da análise aos demais tributos de pagamento contínuo, a investida Norte Energia não possui decisão judicial proferida em ação individual transitada em julgado, seja pelo reconhecimento de determinado tributo, seja pelo não recolhimento, cujo entendimento tenha sido modificado por ulterior decisão do STF proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade ou sob a sistemática da repercussão geral.

A Companhia também efetuou análise sobre os impactos da decisão supracitada e concluiu não existirem impactos a serem divulgados sobre o tema.

Diretoria

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor

Marcelo Pereira de Carvalho
Diretor

Responsável técnico

Rafael Lisboa Fernandes
Coordenador do Núcleo de Controladoria
e Tributário

Edmundo Leão de Matos Filho
Contador CRC/MG - 056401/O
